

ID: 101066602

08-09-2022

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA A EMPRESAS

# Clima de incerteza conduz a redução de investimentos

**A conjuntura tem vindo a condicionar decisões de curto prazo e pode mesmo conduzir a uma redução generalizada no investimento, dizem assessores jurídicos ao Negócios.**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**P**reços da energia a disparar, disrupção nas cadeias de abastecimento, inflação em alta e uma guerra na Europa com duração incerta, a conjugação de tudo isto está a conduzir os agentes económicos a um clima de incerteza, explicam os advogados especializados na assessoria jurídica a empresas inquiridos pelo Negócios. A conjuntura tem vindo a condicionar decisões de curto prazo e pode mesmo conduzir a uma redução generalizada no investimento.

“Este novo contexto económico e sociopolítico, bem como as dificuldades que começam a ser sentidas nas grandes economias mundiais, está a gerar um clima de grande incerteza junto dos investidores, que provavelmente irá conduzir a uma redução generalizada no investimento”, aponta Nuno Sá Carvalho, “managing partner” da Cuatrecasas.

Numa perspetiva mais específica, as grandes preocupações das empresas são, atualmente, “por um lado, o aumento dos custos de produção, pressionado pela subida dos combustíveis/energia e, por outro, embora não totalmente dissociável do anterior, o aumento do custo das matérias-primas”.

Bruno Ferreira, sócio e líder da PLMJ, sublinha igualmente que “a questão dos custos é central e a vertente energética é crítica”, já que “as empresas não poderão repercutir nos preços a totalidade do agravamento dos custos e, nessa medida, há aqui um desafio grande que pode inclusive e em alguns casos, pôr em causa a continuidade do negócio”.



Marisa Cardoso

A subida dos custos da energia tem vindo a castigar as empresas, particularmente as dos setores industriais.

Por outro lado, o contexto macroeconómico atual obriga as empresas a olharem para o seu perfil de financiamento e ajustarem a estratégia. O custo da dívida tenderá a subir e será preciso acomodar esta nova realidade nos planos de negócio”, avança ainda Bruno Ferreira.

Tal como adianta João Carlos Teixeira, sócio da Antas da Cunha

**Conflito na Ucrânia, cuja duração é incerta, tem vindo a condicionar as decisões dos agentes económicos.**

Ecija & Associados, “a guerra na Ucrânia criou uma verdadeira tempestade perfeita quando os operadores económicos estavam ainda a recuperar dos efeitos da pandemia”.

No atual contexto, “o quadro macroeconómico é difícil e o acesso a financiamento bancário está a tornar-se também difícil. Infelizmente estão reunidos todos os elementos para termos uma recessão, salvando-se as empresas que souberem lidar, de forma proativa e criativa, com tantos fatores adversos”, sublinha João Carlos Teixeira.

O conflito em plena Europa, com uma duração incerta e consequências muito significativas na economia, tem vindo “a condicio-

nar a tomada de decisões de curto e médio prazo por parte das empresas, pelo efeito de disrupção das cadeias de abastecimento, com impacto direto nos preços dos bens e da energia”, adverte José Maria Corrêa de Sampaio, sócio da Abreu Advogados.

O mesmo advogado enfatiza que esta conjuntura global, a juntar à desvalorização do euro face ao dólar, tem favorecido o aumento da inflação, acarretando novos desafios “no que diz respeito aos custos de produção, seja ao nível das matérias-primas ou do trabalho, que as empresas têm procurado conter para evitar o aumento do preço de venda dos produtos e uma espiral inflacionária com consequências ainda maiores. ■





# Reduzir o IRC e o IVA da energia é uma das medidas defendidas

Ainda à espera de um pacote de medidas que ajude as empresas mais afetadas pelo atual contexto de crise, o que é defensável que o Governo venha a oferecer? Entre as redução de impostos e a baixa dos preços da energias, são várias as propostas deixadas pelos advogados inquiridos pelo Negócios.

Bruno Ferreira, "managing partner" da PLMJ, entende que "é essencial começar a olhar para os impostos aplicados sobre os lucros das empresas, bem como sobre a contratação". Isto, adianta, "ligando essas descidas àquele que é o perfil de empresas que queremos

que seja a matriz do país: empresas comprometidas com a sustentabilidade, trabalho digno, numa lógica de valor acrescentado e com um perfil exportador".

Do ponto de vista estrutural, Nuno Sá Carvalho, líder da Cuatrecasas, considera serem necessárias medidas que reforcem a aceleração da transição energética. Já no que diz respeito a medidas com impacto mais imediato, mais recorrentemente reclamadas por investidores, considera que "talvez fosse de considerar a redução do IRC e porventura medidas de flexibilização do mercado laboral", embo-

ra reconheça que "todas estas alterações estão ideológica e politicamente muito condicionadas".

Já Pedro Rebelo de Sousa, sócio e líder da SRS Advogados, considera que é preciso apostar "claramente, na linha do que outros países europeus têm feito, tentando minimizar custos, particularmente no que se refere à energia". Aposta ainda que em sede de direito laboral e fiscal, "conviria equacionar medidas que atenuem o atual custo suportado pelo empregador."

"Uma redução relevante dos custos fiscais sobre a energia – eletricidade, gás e gasolina –, através

de baixas do IVA e de outras taxas que incidam sobre estes produtos, é também o que defende José Maria Corrêa de Sampaio, sócio da Abreu Advogados. "A redução da taxa do IRC para tornar as empresas mais competitivas, num percentual sempre inferior ao de Espanha, e a flexibilização dos impostos laborais que incidem sobre as empresas" são medidas que advoga.

"O Estado continua sem uma política forte, clara e simplificada de aposta na inovação e na criação de riqueza, na formação de recursos humanos e que implique corte nas 'gorduras públicas'", critica, por

seu turno, João Carlos Teixeira, sócio da Antas da Cunha Ecija.

Segundo defende, "em tempos de crise, o Estado tem de ser e deve ser um apoio das pessoas e das empresas, mas também de aplicar convenientemente os fundos de que dispõe, e não desbaratá-los". Neste contexto, sublinha João Carlos Teixeira, importava também a revisão urgente da carga fiscal absoluta praticada em Portugal", bem como financiar projetos a fundo perdido, quando "a sua execução e operacionalidade comprove rigor na aplicação dos fundos públicos e criação de empregos". ■



**No atual contexto, importava fazer a revisão urgente da carga fiscal absoluta, [...] que onera as empresas e os cidadãos.**



**[É defensável] uma redução relevante dos custos fiscais sobre a energia – eletricidade, gás e gasolina –, através de baixas do IVA.**



**É essencial começar a olhar para os impostos aplicados sobre os lucros das empresas, bem como sobre a contratação.**



**[Importa ir] na linha do que outros países europeus têm feito, tentando minimizar custos, em particular no que se refere à energia.**



**Talvez fosse de considerar a redução do IRC e porventura medidas de flexibilização do mercado laboral.**



**JOÃO CARLOS TEIXEIRA**  
Sócio da Antas da Cunha Ecija & Associados



**JOSÉ MARIA CORRÊA DE SAMPAIO**  
Sócio da Abreu Advogados



**BRUNO FERREIRA**  
Sócio e "managing partner" da PLMJ



**PEDRO REBELO DE SOUSA**  
Sócio-fundador da SRS Advogados



**NUNO SÁ CARVALHO**  
Sócio e "managing partner" da Cuatrecasas



# negócios

negócios.pt

Quinta-feira, 8 de setembro de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4823 | € 2.80  
 Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

**CAMILO LOURENÇO**  
 Troika II nas pensões,  
 cortesia do socialismo  
 OPINIÃO 26



**RUI SOUCASAUX SOUSA**  
 Ter inventários reduzidos  
 ou clientes satisfeitos?  
 OPINIÃO 27



## Juros do BCE arriscam chegar a 4% em três anos

Mercados estão à espera que Banco Central Europeu anuncie hoje subida de 75 pontos na taxa diretora. Analistas fazem contas a que juros cheguem a 2% em fevereiro, seguindo trajetória ascendente até 2025.

MERCADOS 20 e 21

### Têxtil e cerâmica aplaudem tecto ao preço do gás russo



Paulo Duarte

Empresas na expectativa de respostas para "situação incomportável".

EMPRESAS 16 e 17

Lei põe IAS a subir num ano quase tanto como em 15

ECONOMIA 8 e 9

Galp compra restantes 48,5% da Ventinveste à Martifer

EMPRESAS 18 e 19

Benfica agrava prejuízos após quebras nas transferências

HOME PAGE 2

**# OS MAIS PODEROSOS 2022**  
 PRIMEIRA LINHA 4 a 7



#02

Saiu da pandemia com um peso reforçado, manteve a coesão na UE, mas vê à espreita uma recessão.

Tem nas mãos a chave para sair da atual crise económica.

Taxa sobre as embalagens de plástico também paga IVA

ECONOMIA 10



Lex

Clima de incerteza conduz a redução de investimentos